



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 4, DE 2023**

**(Das Sras. Dandara e Camila Jara)**

Estabelece protocolo de segurança para as mulheres em casas de festas, discotecas, boates e bares, cria o Selo Não é Não – Mulheres Seguras e dá outras providências.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-3/2023.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

(\*) Atualizado em 16/03/23, para inclusão de coautoria



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2023 (Da Sr<sup>a</sup>. Dandara)

Estabelece protocolo de segurança para as mulheres em casas de festas, discotecas, boates e bares, cria o Selo Não é Não – Mulheres Seguras e dá outras providências.

#### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece protocolo de segurança para casas de festas, discotecas, boates, bares, restaurantes, *lounges*, clubes, hotéis e demais estabelecimentos e ambientes destinados ao entretenimento e diversão e cria o Selo Não é Não – Mulheres Seguras a ser concedido aos espaços que cumprirem os requisitos mínimos de garantia de segurança para as mulheres.

**Art. 2º** Fica instituído o Selo Não é Não – Mulheres Seguras.

**§ 1º** O Poder Público poderá conferir o Selo Não é Não – Mulheres Seguras para casas de festas, discotecas, boates, bares, restaurantes, *lounges*, clubes, hotéis e demais estabelecimentos e ambientes destinados ao entretenimento e diversão que adotem práticas de segurança para as mulheres, especialmente na prevenção aos crimes contra a dignidade sexual (Lei nº 12.015 de 2009) e crime de perseguição (Lei nº 14.132/2021).

**§ 2º** O selo de que trata o *caput* somente será concedido aos estabelecimentos que, em seu ramo de atividade, obtiverem aprovação da certificação por parte do Órgão do Executivo Federal competente pela Segurança Pública.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

**§ 3º** O prazo de validade do Selo Vida Noturna Segura será de 3 (três) anos, devendo ser renovado mediante reavaliação de adequação do estabelecimento aos parâmetros pré-estabelecidos.

**Art. 3º** Às casas de festas, discotecas, boates, bares, restaurantes, *lounes*, clubes, hotéis e demais estabelecimentos destinados ao entretenimento e diversão caberá, após receber uma notificação ou perceber movimentações que indiquem crimes contra a dignidade sexual ou crime de perseguição, tomar as seguintes medidas imediatamente:

I – Destacar uma funcionária, do sexo feminino, para prestar atenção à vítima durante todo tempo de aplicação do protocolo;

II – Solicitar que a vítima se dirija a um local privado, apartado do restante dos clientes e, em especial, afastado do agressor;

III – Identificar possíveis acompanhantes da vítima e direcioná-los, se for vontade da vítima, ao local privado onde a vítima se encontra;

IV – Acionar as autoridades competentes, preferencialmente a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher onde houver.

VI – Registrar a descrição física do suposto agressor

VII – Acionar a segurança para identificar o suposto agressor, alocando-o em sala apartada, diversa da sala onde se situa a vítima, até a chegada da polícia;

VIII – Impedir que o suposto agressor destrua provas ou que se ausente da sala antes da chegada da polícia.

**Art. 4º** Os estabelecimentos deverão promover treinamentos periódicos a todos os funcionários e disponibilizar cartazes educativos que desestimulem a prática dos crimes contra a dignidade sexual e de perseguição, bem como sugerir aos músicos e apresentadores de shows que reiterem mensagens a favor do respeito à mulher.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

No Brasil e no mundo, as mulheres têm sido vítimas de violência sexual, tanto dentro de suas casas quanto no ambiente de trabalho ou em locais de lazer.

O objetivo deste Projeto de Lei é estabelecer um protocolo mínimo de atuação para coibir e mitigar as ocorrências de violência sexual em casas de festas, discotecas, boates, bares, restaurantes, *lounges*, clubes, hotéis e outros ambientes de diversão.

Sabe-se que em ambientes de baixa luminosidade e com lotação de pessoas a sensação de impunidade aumenta e leva agressores sexuais a agirem de forma mais incisiva contra as mulheres.

A aplicação de um protocolo de segurança, tanto para coibir a ocorrência quanto para tratar a vítima e o agressor após o fato é fundamental. Por esse motivo, a criação do Selo Não é Não – Mulheres Seguras poderá incentivar os estabelecimentos a darem mais valor a suas clientes, reduzindo o risco de ocorrências criminais em seus ambientes de festa, e também prestando a elas a devida atenção até que haja o encaminhamento do caso para as autoridades policiais.

Considerando a importância do tema, pedimos aos colegas parlamentares a aprovação desta matéria.

Sala de Sessões, em 2 de fevereiro de 2023.

Deputada **DANDARA**  
PT-MG

**Dep. Camila Jara - PT/MS**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
LEI Nº 12.015, DE 7 DE AGOSTO DE 2009.	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2009-08-07;12015">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2009-08-07;12015</a>
LEI Nº 14.132, DE 31 DE MARÇO DE 2021	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021-03-31;14132">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021-03-31;14132</a>

**FIM DO DOCUMENTO**